



O CONSELHO DE ESCOLA COMO PARCEIRO NA COMPREENSÃO DE PARÂMETROS E INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Roberta Ravaglio Gagno - FAFIPAR

Rita Schane - UTP /SME Curitiba

Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre a função dos conselhos escolares na gestão democrática da escola e na participação da análise de parâmetros e indicadores de qualidade na educação. Tem como intuito analisar a problemática: Os segmentos dos Conselhos Escolares reconhecem e tem reconhecida sua importância na análise dos dados referentes aos Parâmetros e Indicadores de Qualidade na Educação? A reflexão parte do pressuposto que Conselhos Escolares são órgãos máximos da gestão da escola que precisam contribuir para o processo de democratização, articulando diferentes instâncias presentes na escola, por meio de segmentos que a compõem. O Conselho deve também desenvolver ações para a análise, acompanhamento e reflexão e tomadas de decisão sobre Parâmetros e Indicadores de Qualidade na educação. As ponderações surgiram após a participação e observação em reuniões de Conselho Escolares em escolas de ensino fundamental da rede municipal de ensino de Curitiba no ano de 2011. Durante as reuniões foi utilizada uma ficha de observação. Buscou-se observar como ocorria a participação dos segmentos que compõe o Conselho Escolar. Ficou claro ao longo dessa atividade que alguns segmentos, ainda não estão bem articulados e muitas vezes não tem consciência de seu papel.

Palavras-chave: Gestão Democrática, Conselhos de Escola, Parâmetros e Indicadores de Qualidade.

Introdução

Este artigo surge após a participação de reuniões do Conselho de Escola em escolas municipais de ensino fundamental de Curitiba e das inquietações decorridas dessa participação. Propõe-se contribuir com a reflexão sobre a importância da participação do Conselho Escolar na Gestão Democrática das Escolas Públicas e na compreensão dos dados em Parâmetros e Indicadores de Qualidade na educação.

O Conselho Escolar é uma das instâncias colegiadas de gestão na escola pública, no entanto, há muitas dificuldades para o funcionamento adequado desse órgão, que por vezes apresenta-se como mais um instrumento burocrático e legal, deixando de exercer muitas das atividades que lhe são pertinentes. Sendo o Conselho Escolar o órgão máximo de gestão na escola pública é indispensável um estudo mais aprofundado a respeito de suas atribuições e a sua relevância para a tomada de decisões no que tange aos dados de Parâmetros e Indicadores de Qualidade na educação.

Primeiramente é importante admitir que os indicadores são instrumentos utilizados para verificar por comparação uma circunstância, como por exemplo, se os objetivos de um projeto foram alcançados, ou ainda se determinados parâmetros foram atingidos. Parâmetro é um ponto de referência, um padrão estipulado, que está diretamente ligado a conjuntura na qual está inserido. De acordo com Valarelli (2001) o parâmetro detalha em que medida uma situação ocorre conforme o esperado.

Os indicadores e parâmetros estão ligados ao termo qualidade¹, que deve ter caráter essencialmente pedagógico, ou seja, a compreensão de que a qualidade precisa ser considerada como processual, coletiva, democrática, além de atingir todas as instituições educacionais e instâncias, respeitando individualidades e peculiaridades e especificidades. É importante ainda, levar em conta que os Conselhos Escolares poderão exercer uma função especial nesse processo, trazendo ao seu espaço abertura para discussão, análise desse tema e proposição de ações específicas para a melhoria da escola pública.

Sabe-se que esta é um importante instrumento para refletir vulnerabilidades, problemas, potencialidades e repercussões não só da prática pedagógica, mas de todo o contexto educacional, redimensionando ações, instaurando melhorias e até mesmo adequando currículos. Além disso, a avaliação auxilia nas pesquisas e no controle e acompanhamento das

¹ Gentili (1994) destaca dois conceitos de qualidade que são importantes para a reflexão: a qualidade é necessária, embora tenha certo custo e duplo sentido. Por exemplo: "Na terminologia do moderno mercado mundial, "qualidade" quer dizer "excelência" e "privilégio", nunca "direito"... Em suma: os que falam sobre "qualidade do mercado" referem-se sempre à qualidade dos "incluídos" ou "integrados", mas nunca à dos "excluídos" ou "marginais". São essas as consequências políticas do discurso da qualidade como nova retórica conservadora no campo educacional." (GENTILI, 1994, p.174) Esse é o discurso da eficiência e da ineficiência no mercado, tornando-o competitivo ou não, ou seja, avalia o produto e não o processo.

O segundo sentido apresentado por GENTILI (1994, p.176) é que "Um novo discurso da qualidade deve inserir-se na democratização radical do direito à educação. Isto supõe que, em uma sociedade plenamente democrática, não pode existir contradição entre o acesso à escola e o tipo de serviço por ela proporcionado. Assim como não há democratização sem igualdade no acesso, tampouco haverá sem igualdade na qualidade recebida por todos os cidadãos e sem a abolição definitiva de qualquer tipo de diferenciação e a segmentação social. Claro que isso não supõe "baixar o nível de todos ". Supõe, pelo contrário, "elevá-lo", transformando a qualidade em um direito e não em uma mercadoria vendida ao que der a melhor oferta. A escola pública é o espaço onde se exercita este direito, não o mercado." Em suma, a qualidade deve ser oferecida a todas as pessoas, sem distinção, e da mesma forma. Portanto, o conceito aqui utilizado é o referente ao segundo sentido apresentado.

políticas públicas. O envolvimento da comunidade educativa é fundamental para debater sobre os aspectos e as contradições presentes, em conformidade com o contexto e as relações de poder estabelecidos. Não se pode perder de vista que nesses processos a aprendizagem dos alunos deve ser condição imperativa em todas as discussões.

Ressalta-se que essas reflexões pressupõem o envolvimento de segmentos e defende-se que os Conselhos Escolares podem ser parceiros importantes nesse processo por isso a importância de pensar sobre a problemática: Os segmentos dos Conselhos Escolares reconhecem e tem reconhecida a importância da análise e compreensão dos dados de Indicadores e Parâmetros de Qualidade na educação? Nesse sentido, esse artigo objetiva verificar se os entrevistados reconhecem o Conselho Escolar como ambiente para repensar a realidade existente e sugerir novos direcionamentos.

Durante a participação em reuniões dos Conselhos de Escola no ano de 2011, buscou-se observar como sucedia a participação dos representantes de cada segmento do Conselho Escolar, principalmente no que tange aos parâmetros e indicadores. Ficou claro ao longo dessas análises que muitos segmentos dos conselhos, ainda não estão bem articulados e demonstram não ter consciência de seu papel.

A Gestão Democrática

A gestão escolar constitui uma dimensão essencial da educação, uma vez que, por meio dela, observa-se a escola e os problemas educacionais, possibilitando uma visão estratégica e de conjunto, além de auxiliar a comunidade a definir os rumos da instituição. Outro ponto a se destacar é a necessidade dessa gestão ser democrática.

É essencial que a comunidade educacional auxilie no desenvolvimento da escola, na melhoria da compreensão desta como um todo, considerando o contexto local, promovendo processos de reflexão, debate, proposição, registro, produção, organização, consolidação, sistematização, replanejamento e intervenção.

Tal processo requer uma participação consciente e esclarecida – não alienada e despolitizada – que propicie o desenvolvimento de princípios fundamentais para garantir a transformação do ensino no país. Urge construir uma escola que promova o exercício cotidiano da participação política e que vise à vivência da liberdade e o pluralismo de ideias.

Esse é um ideal que é preciso alimentar para a renovação interna das práticas educativas e para o incentivo da mudança social.

Uma das maneiras de se adquirir essa consciência é por meio do envolvimento escolar, que exige método e disciplina, uma tarefa cultural e política que deve ser desenvolvida de forma dinâmica, ativa, demonstrando clareza e tendo como princípio a consciência do homem individual, porém coletivo e histórico. Para que essa consciência seja efetivada, é necessária a participação de todos por meio de uma renovação da estrutura política e da escola democrática. Retomando as palavras de GRAMSCI (1968a, p.9), “uma quantidade” de estudo, que desemboca em uma “qualidade”, na libertação e no processo de emancipação. É nesse sentido que a educação se faz indispensável ao possibilitar a promoção do sujeito autônomo, crítico e, conseqüentemente, preparado para a participação política. Um sujeito capaz de auxiliar na construção de uma sociedade e de decidir sobre seu destino por meio do pensar livre.

Nessa perspectiva, o homem não pode ser percebido isoladamente, mas a formação deve ser baseada na relação entre indivíduo e ambiente. Para uma nova compreensão da sua relação com a sociedade e a natureza, a fim de dominá-la, os projetos educativos são inseparáveis de atividades políticas.

De acordo com SCHELESENER (2006, p. 111), “[...] o poder não se encontra unicamente no Estado, mas permeia todas as relações sociais [...] se exerce como dominação econômica e direção política e cultural da sociedade[...].” Portanto, questionar e superar essas correspondências exige compreensão das relações, assim como exige o repensar e redefinir o papel do Estado, de forma a garantir, por meio de políticas públicas, uma escola com qualidade política.

Essa qualidade política, cognitiva e operativa no processo de desalienação em

condições reais, é uma das formas de conduzir a um preparo para o exercício da cidadania, na busca de um projeto de emancipação política e no desenvolvimento da autonomia e da identidade. Tal identidade com suas bases na coletividade e no social poderá permitir formar opiniões e uma consciência crítica e reflexiva, incentivando a construção de uma nova concepção de mundo, desvelando relações presentes no cotidiano, fazendo a crítica ao neoliberalismo, na busca da ressignificação de uma democracia solidária, com vistas à superação da fragmentação, do individualismo e do senso comum².

A formação para uma participação ativa e com qualidade nos processos decisórios - uma conduta ativa e compromissada com o coletivo - é mais uma garantia de que a democracia seja efetivada. Não se trata de uma participação espontânea, sem direção, que apenas replique o senso comum. O indivíduo deve perceber-se como parte do todo social e histórico, deve compreender sua condição. De acordo com o Professor Leandro KONDER, 2006, p.72, a transformação social deveria ocorrer da seguinte forma:

O caminho melhor e mais seguro para nós não é ter um programa de democratização porque isso pressupõe uma certa competência [...] que nos permite nos considerarmos competentes para uma proposta, para dirigir esta transformação [...] Essa nossa competência pode de repente falhar gravemente, então mais seguro é o caminho e o aumento da participação. As pessoas vão participar, vão criando padrões nos quais se educarão e nós nos educaremos com elas.

Com uma democracia como a explicitada por Konder, estabelece-se um processo cíclico e dialético; nele ocorre uma formação reflexiva, que mais tarde vai priorizar a reflexão e a emancipação, as quais, por sua vez, novamente vão desencadear uma formação transformadora, e assim por diante.

Complementando essa concepção, WEFFORT (1996, p. 95) afirma que “[...] a

² De acordo com Gramsci (2004) o senso comum é o terrível negreiro dos espíritos, porque apregoa que é melhor um ovo hoje que uma galinha amanhã.

democracia [...] é a institucionalização do conflito [...]", pois requer que haja um mínimo de condições sociais e de "[...] igualdade dos indivíduos de serem tratados como iguais pelos outros [...]" (Ibidem, p. 101). Para ele, a democracia com desigualdade é impossível de acontecer. Eis a razão que o leva a afirmar que os indivíduos que vivem sob essas condições estão mais próximos de aceitar alguém que resolva seus problemas de imediato do que alguém que os leve a resolver junto, porém com mais cautela. "Na linguagem popular brasileira, querem políticos 'que olhem por nós' mais do que políticos que lhes digam 'organizem-se e lutem'." (WEFFORT, 1996, p.137).

Essas noções de democracia permitem ampliar a reflexão realizada na escola e no embate teórico aliado à prática. Junto às contradições presentes criam-se as condições para que as classes menos favorecidas possam lutar por seus interesses. A educação, na sociedade capitalista, é reduzida a uma condição de mercadoria, de propriedade, utilizando-se do discurso voltado para a qualidade como um bem que é conquistado para competir no mercado e não como um direito.

Portanto, é necessário que esta educação, ao educar, seja mediadora; considerando a totalidade histórico-social dos fatos que envolvem a sociedade, forneça uma educação com qualidade técnica e política, desvelando os processos que instauram e reafirmam o modo de produção capitalista, as relações de classe, a produção, a reprodução e a transformação da hegemonia vinculada a ela, visto que "os homens não são meros produtos sociais, mas também agentes históricos." (CURY, 1992, p.53). Ao contrário, "à classe trabalhadora interessa uma escola que lhes dê acesso ao saber historicamente produzido, organizado e acumulado". (FRIGOTTO, 1989, p.27-28). Com esse acesso há a possibilidade de fornecer instrumentos a essas classes, "na busca de superação das relações sociais vigentes". (ibidem, p. 28).

No entanto, a educação pode desocultar essa desigualdade inserindo aprendizagem consciente e crítica, principalmente no que tange aos processos de avaliação. É importante, segundo CURY (1992), que a escola não só reflita a realidade, mas reflita sobre ela. Em vez de propagar a educação pela reprodução, pode transformá-la, partindo do conhecimento prático e do senso comum, com vistas a alcançar um conhecimento mais elaborado.

Por isso, para CURY,

O saber enquanto elaboração, incorporação e transmissão de conhecimentos, valores, idéias e crenças, nasce do fazer e para ele se volta. O saber, então, torna-se mediação entre duas ações, pois uma ação (fazer) supõe a posse de um saber anterior que conduz a ação. O estatuto do saber, contudo, variará de acordo com a problemática fundamental de uma sociedade. (Idem)

Ao partir do fazer vinculado ao humano, ele se sentirá valorizado e terá bases concretas que vão impulsioná-lo para um novo conhecimento, mais complexo e com relações aprofundadas em uma realidade histórico-social. O saber segue uma finalidade relacionada ao grupo em que esse indivíduo está inserido e é carregado de intenções. Estas direcionam o conhecimento para favorecer este ou aquele grupo, normalmente seguindo os desígnios da hegemonia das classes dominantes. Ao compreender o contexto histórico permite ao gestor mostrar esses limites.

O papel do dirigente se dá dentro deste contexto amplo da reflexão sobre a relação entre política e cultura, de forma a mencionar novos aspectos de dominação estabelecidos a partir de uma relação ativa entre as estruturas política, econômica e ideológica. A dominação política se concretiza a partir de uma direção cultural, onde os valores de uma determinada classe social são assimilados por outras classes, ou seja, estas outras classes perdem suas características que as distinguem das demais, sendo absorvidas pelo grupo mais poderoso. O

papel da gestão, nesse sentido, é o de garantir a participação consciente e esclarecida de todos os envolvidos para a interpretação, debate, compreensão, tomada de decisão e posicionamentos para o desenvolvimento da prática profissional e para abastecer de subsídio a definição de novas políticas.

Nesse sentido, torna-se essencial uma reflexão, por parte da comunidade, sobre a realidade que está posta para a grande maioria da população. A escola deve auxiliar nesse processo ao confrontar essas contradições e refletir sobre essa ação. Deve abordar o assunto de forma didática, fornecendo instrumentos a comunidade educativa, promovendo o desvelamento dos aspectos dessa realidade de forma crítica, histórica, cultural, científica e filosófica, superando o senso comum. A escola é o local de questionamentos sobre essas divisões sociais, históricas, culturais; ao promover um debate efetivo, ela promove o desenvolvimento da visão crítica e a formação para a participação nas instâncias políticas democráticas. Assim ocorre uma mediação entre a concepção de mundo e a vida; além disso, desenvolve-se um pensar autônomo.

Ou seja, de acordo com a concepção gramsciana (2004a), é a manifestação de uma prática de organização das classes subalternas questionando as relações capitalistas em que as comunidades estão imersas. É a conquista cultural e gradativa de uma hegemonia baseada em relações democráticas, valorizando a sociedade civil.

Desta forma, administrar a escola pública engloba especificidades que vão além da aplicação de técnicas e métodos, pois necessita, num ambiente de respeito, a participação efetiva e democrática da comunidade na gestão da escola, onde todos os envolvidos no processo escolar participem das decisões que com relação à organização e funcionamento da escola. É forma de administração que não pode estar pautada no modelo tradicional, no qual acontece a concentração de autoridade nas mãos de uma única pessoa, responsável pelas decisões, o diretor, mas necessita caminhar para a administração que propicie compartilhamento da autoridade de maneira de forma a atingir objetivos coligados a

transformação social; a superação desse modelo é um grande desafio diante de processos históricos e vivências das comunidades escolares.

A gestão democrática implica a participação da comunidade em aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros, segundo Libâneo (2004, p.102):

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação.

Essa participação está pautada não apenas no acesso da população aos serviços públicos, mas essencialmente à tomada de decisões.

É importante refletir que esse processo democrático foi construído historicamente e teve seu começo nos anos 80 com a redemocratização e a abertura política, sendo que, em 1988, com a Constituição Federal, ganhou força legal no art. 206, inciso VI, que delibera sobre o princípio da gestão democrática nas instituições públicas de ensino.

A Constituição faz uma escolha por um regime normativo e político, plural e descentralizado, no qual se cruzam novos mecanismos de participação social com um modelo institucional cooperativo, que amplia o número de sujeitos políticos capazes de tomar decisões. Por isso mesmo, a cooperação exige entendimento mútuo entre os entes federativos e a participação supõe a abertura de novas arenas públicas de deliberação e mesmo de decisão. (CURY, 2010, p.02)

Essa concepção apresenta um novo modelo de gestão, pois implica a participação democrática, entendida a partir do efetivo envolvimento, onde o diálogo e a tomada de decisão coletiva são necessários, deixando de lado interesses pessoais com a finalidade de atingir objetivos comuns.

[...] A gestão implica um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas que possam auxiliar no governo da educação, segundo a justiça. Nesta perspectiva, a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução dos conflitos. (CURY, 2010, p.01)

O princípio da gestão democrática também está contido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Cury esclarece que:

A gestão democrática, enquanto temática histórica nos move em direção contrária àquela mais difundida em nossa trajetória política, em que os gestores se pautam ora por um movimento paternalista, ora por uma relação propriamente autoritária. Paternalismo e suas variantes, autoritarismo e congêneres são formas de pensar e agir sobre o outro não reconhecido como igual. (CURY, 2010, p.01)

A superação deste movimento exige: auto-avaliação constante e práticas que defendam a cooperação e o respeito. Para Cury, a gestão democrática exige ainda transparência, participação, impessoalidade, representatividade e competência.

Os Conselhos de Escola

Uma das formas de efetivar a participação é por meio do ingresso no conselho de escola. A Constituição Federal de 1988 apresenta no seu Artigo 206 os princípios que devem pautar o ensino nos Estabelecimentos da rede pública.

a necessidade de “promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de Conselhos Escolares ou órgãos equivalentes”. Dessa forma, cabe ao diretor da escola ou a quaisquer representantes dos segmentos das comunidades escolares e locais a iniciativa de criação dos Conselhos Escolares, convocando todos para organizar as eleições do colegiado. (BRASIL, 2004, p. 42)

O Conselho Escolar é formado por representantes dos diversos segmentos da comunidade: estudantes, pais, funcionários, professores, pedagogos, membros da comunidade e diretor da escola. É necessário que as escolas estabeleçam regras democráticas e transparentes na eleição dos segmentos do conselho. “O conselho será a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político-pedagógico”. (BRASIL, 2004 p. 37). Conforme o Ministério da Educação os Conselhos escolares são:

órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Eles representam as comunidades escolares e locais, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade. Representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. São, enfim, uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã. (BRASIL, 2004, p. 34)

O Conselho Escolar é um espaço importante no processo de democratização da escola, na medida em que reúne representantes de toda a comunidade escolar para discutir, acompanhar e definir as decisões referentes ao funcionamento da escola.

Infelizmente em algumas escolas o Conselho Escolar, apresenta-se como um componente burocrático para preencher exigências legais. Desta forma é importante resgatar a função dos Conselhos como instâncias colegiadas decisivas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e administrativo e financeiro da escola.

Os Conselhos Escolares representam a comunidade escolar no enfrentamento de desafios educativos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Dentre esses desafios pode-se citar a análise, compreensão e tomadas de decisões de dados advindos de Parâmetros e Indicadores de Qualidade na Educação

Parceiros na compreensão de Parâmetros e Indicadores de Qualidade na Educação

Os parâmetros e indicadores de qualidade na educação podem ser um instrumento de envolvimento de funcionários, pais, alunos professores, direção e comunidade. Diante dos desafios do mundo contemporâneo a instituição educacional não pode ficar isolada do mundo e da realidade, nem descontextualizada e desinformada das situações e relações pelas quais precisa refletir com o coletivo escolar.

A avaliação é uma das etapas essenciais do processo educacional, na condução, organização, planejamento e gestão da instituição educativa. Apresenta significados diferentes conforme o momento histórico, sociedade, e finalidade a que está se propondo, portanto, não

é um fim em si mesmo, e não pode se encerrar nos processos de coleta e divulgação de dados. Pressupõe acompanhamento, encontros, análise, debate, registros tendo como ponto de partida a documentação escolar: o projeto pedagógico, o regimento escolar e os planejamentos.

A avaliação não é imparcial, está repleta de valores socialmente aceitos e estabelecidos. É nesse sentido que o debate e a reflexão a respeito de parâmetros e indicadores de qualidade na educação tornam-se imperativos.

A palavra avaliação contém a palavra 'valor' e, por isso mesmo, não podemos fugir dessa concepção valorativa. Quando dizemos que avaliar tem a função de (a) firmar valores, estamos dizendo também que negamos a suposta neutralidade do instrumento e do processo de avaliação para admitir que eles são sempre resultado de uma concepção impregnada de valores, sejam eles científico-técnicos, didático-pedagógicos, atitudinais, éticos, políticos, ou outro. Assim que, quando, por exemplo, organizamos um instrumento de avaliação do desempenho docente, e esse instrumento põe perguntas, há sempre um valor desejado e indesejado subjacente a cada uma dessas perguntas. Quando perguntamos, por exemplo, se o professor apresentou plano de ensino, estamos na verdade afirmando que apresentar plano de ensino é desejável. (RISTOFF, 2008, p.46)

A avaliação deve basicamente esclarecer objetivos e valores, elucidar para quem e para quem ela serve, (DIAS SOBRINHO, 2003) adotar um caminho que permita redirecionar ações e rever conceitos importantes do colegiado, observando o trabalho pedagógico e a gestão da escola como um todo. É essencial que seja discutida e refletida com a comunidade educativa como forma de desvelar essas concepções.

Diante disso, os sujeitos que a compõe não podem ficar alheios a esses processos, façam eles parte da comunidade ou do Estado, ou seja, é necessário intervir, com a finalidade que esses dados não sejam apenas instrumentos burocráticos e a serviço da mercantilização, mas informações para a retomada e redirecionamento de ações e políticas. Isso implica a reflexão coletiva e a apropriação da instituição educacional pelo coletivo escolar. Não no sentido de responsabilização, mas de compromisso social com as camadas mais populares.

O apropriar-se dos problemas da escola inclui um apropriar-se para demandar do Estado as condições necessárias ao funcionamento dela. Mas inclui, igualmente, o

compromisso dos que fazem a escola com os resultados dos seus alunos. (FREITAS, 2009, p. 36)

É uma negociação constante, responsável e ampla dos que compõe a escola, destes com o Estado e vice-versa, observando questões importantes como a demanda, infraestrutura, necessidades, qualidade, participação, formação do profissional, condições de trabalho e gestão.

Essa atitude pode fazer a diferença na questão da qualidade da escola, principalmente para as camadas mais pobres da população, pois pressupõe o controle do Estado pela sociedade civil. Com isso conseqüentemente há uma redefinição do papel desse Estado contra a competitividade, a exclusão e o individualismo, afastando-o dos interesses de organizações internacionais e do serviço direcionado ao mercado de trabalho.

A atuação do Conselho Escolar torna-se indispensável, por representar a instância que deve contribuir para o processo de democratização da gestão.

O Conselho Escolar é, assim, um relevante organismo de articulação entre a escola e a sociedade. Desse modo, o exercício da participação do Conselho Escolar no cotidiano da escola concorre para a instalação de uma prática pedagógica e de uma cultura política democrática e cidadã. A participação é emancipatória, pois exercita a crítica, à medida que desenvolve a criatividade e, portanto, a transformação para um mundo mais humano. (BRASIL, 2008, p.45)

Conclusão

Existe a necessidade de a escola fornecer diversas informações de forma a proporcionar a análise das relações e contradições sociais por meio de subsídios conceituais e práticos. E isso só será possível a partir do momento em que o acesso ao conhecimento produzido historicamente levar à superação do senso comum e à compreensão dos processos nos quais está inserida. Essa postura auxiliará a escola a redimensionar ações e a alcançar novos rumos pela qualidade na educação principalmente para as classes mais populares.

É interessante ressaltar que mesmo com orientações específicas em documentos enviados às escolas, lembrando a importância da gestão democrática, algumas mantêm

práticas centralizadoras, patrimonialistas e autoritárias que estão arraigadas na gestão pública em função da cultura hierárquica e centralizadora.

A gestão democrática é um processo em constante construção que pressupõe: participação efetiva da comunidade escolar e do Conselho Escolar; eleição direta para diretor; construção coletiva do projeto político pedagógico; a garantia de acesso de todas as pessoas às informações dos assuntos escolares.

De acordo com Cury, “a gestão democrática é uma gestão de autoridade compartilhada”. (2010, p. 02), que não pode ficar e poder do diretor, mas precisa ser compartilhada com o Conselho de Escola, por isso é indispensável o envolvimento de todos segmentos da comunidade escolar, além de resgatar a função dos Conselhos nas escolas como instâncias decisivas para o trabalho.

A observação da realidade vivenciada por 170 escolas municipais e em muitos casos a não recordação pelos entrevistados do Conselho Escolar como parceiro do trabalho de reflexão sobre a realidade demonstrada em parâmetros e indicadores foi fato observado. Daí a necessidade de um trabalho específico com os segmentos, para que reflitam sobre seu papel e reconheçam o potencial dos Conselhos como parceiros. É evidente que os desafios serão grandes nessa tarefa, devido o contexto histórico de dominação e pouca vivência democrática, mas poderão ser vencidos levando em conta o potencial de aprendizagem do ser humano.

Existe a necessidade de a escola fornecer diversas informações de forma a proporcionar a análise das relações e contradições sociais por meio de subsídios conceituais e práticos. E isso só será possível a partir do momento em que o acesso ao conhecimento produzido historicamente levar à superação do senso comum e à compreensão dos processos nos quais está inserida. Essa postura auxiliará a escola a redimensionar ações e a alcançar novos rumos pela qualidade na educação principalmente para as classes mais populares.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: www.mec.gov.br/legis/default.shtm. Acesso em: 18 agost.2011

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica - **Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública**, Brasília, 2004

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica **Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania**, Brasília, 2004

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica - Programa nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: **conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública**/ elaboração Genuíno Bordignon. – Brasília: MEC, SEB, 2004.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96. Disponível em: <www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em: 20 out. 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e Contradição*. São Paulo: Cortez, 1992.

DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação da Educação Superior*. São Paulo: Cortez, 2003.

DOURADO, L. F. *Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas*. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 28 nº 100, out. 2007.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Brasília, DF: INEP, 2007.

FRIGOTTO, G. Política e gestão educacional na contemporaneidade. IN: OLIVEIRA, D. FERREIRA, E. *Crise da Escola e Políticas Educativas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FREITAS, L.C. (et al) *Avaliação Educacional: caminhando na contramão*. Petrópolis: Vozes, 2009.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. 3ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

GENTILI, P. (et. al) *Pedagogia da Exclusão*. 3ª ed, Petrópolis: Vozes, 1994.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. *Os Dirigentes e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MOROSINI, M. C. Educação Superior e transnacionalização: avaliação/qualidade/creditação. IN: FÁVERO, M. MANCIBO, D. (orgs) *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*. São Paulo: Cortez, 2004.

RISTOFF, D. I. *Avaliação Institucional: pensando princípios*. IN: BALZAN, N.C.

SCHLESENER, A. PANSARDI, M. (orgs). *Políticas Públicas e Gestão da Educação*. Coleção Cadernos de Pesquisa, v. 2. Curitiba: UTP, 2006.

SOBRINHO, J. D. (Orgs). *Avaliação Institucional: teoria e experiências*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

WEFFORT, F. *Qual Democracia?* 2ªed. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

VALARELLI, L. L. *Um panorama sobre o estado da arte do debate sobre indicadores*. Rio de Janeiro: Plataforma Novib, 2001.